

# RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A Administração da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("FNP", "Concessionária") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Contábeis, com o parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. **Destaque do Negócio em 2018: Jogos:** A FNP operou 38 partidas de futebol, sendo 05 destas no Estádio Metropolitano Governador Roberto Santos (Pituaçu). Todos os jogos realizados tiveram como mandante o Esporte Clube Bahia, em competições oficiais. O público total neste tipo de evento foi de 640.628, perfazendo uma média

de 16.859 torcedores por jogo. **Eventos:** Foram realizados 71 eventos não esportivos. Além de eventos de caráter artístico ou de entretenimento, ocorreram também eventos religiosos, corporativos, feiras e exposições, eventos beneficentes, dentre outros conteúdos. O principal destaque neste segmento foi a realização do Show do artista Roger Waters cujo público superou 35.000 pessoas, em grande parte composto por turistas da Bahia e de outros estados. As estruturas física e tecnológica presentes no equipamento, apoiado por um efetivo trabalho de planejamento e execução realizado com a participação da FNP, resultou em um espetáculo de padrão internacional. A Arena

seidiu ainda outros eventos com grande presença de público, como a Campus Party 2018 (65 mil), e os Shows Pagodim, Ferrugem e Festival de Verão (mais de 40 mil cada). A ocupação média anual entre eventos esportivos e não esportivos foi de 01 evento a cada 3,3 dias, o que consolida a Arena Fonte Nova como um dos principais equipamentos de entretenimento do país. **Perspectivas para 2019:** O planejamento da FNP para 2019 é de qualificar ainda mais os eventos realizados na Arena, no sentido de potencializar os impactos positivos da Concessão no desenvolvimento econômico e social da cidade de Salvador e do Estado da Bahia, e dos resultados operacionais e

financeiros do Projeto. **Responsabilidade Social:** A gestão da FNP é baseada pelo tripé da sustentabilidade: ações sociais, ambientais e desenvolvimento econômico. A Concessionária promove e apoia diversos tipos de Ações Sociais, dentre estas, o evento anual "Fonte de Natal", que proporciona para a população soteropolitana, em especial, à Comunidade do Entorno, uma experiência lúdica e artística do Natal. Além disto, a FNP realiza em parceria com entidades sociais e órgãos públicos, diversas ações voltadas para promoção da saúde e bem-estar.

Salvador, 27 de março de 2019.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de reais)							
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<b>Ativo Circulante</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.135	13.179	Fornecedores		2.175	1.080
Contas a receber	6	24.053	19.804	Empréstimos e financiamentos	10	61.064	43.681
Ativo financeiro da concessão	7	168.686	162.170	Debêntures	11	918	12.210
Adiantamentos a fornecedores		100	183	Partes relacionadas	20	468	936
Tributos a recuperar	9	6.416	5.975	Obrigações tributárias		3.934	3.720
Outros ativos		761	530	Obrigações sociais e trabalhistas		3.495	2.841
		<b>212.151</b>	<b>201.841</b>	Dividendos a pagar	14c	9.046	10.433
				Receitas diferidas	6	2.482	2.453
				Outros passivos		6.900	4.890
						<b>90.482</b>	<b>82.244</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Contas a receber	6	9.492	11.529	Empréstimos e financiamentos	10	402.669	461.470
Ativo financeiro da concessão	7	770.363	804.835	Debêntures	11	57.009	57.837
Títulos e valores mobiliários	8	19.854	19.076	Partes relacionadas	20	16.512	25.412
Partes relacionadas	20	365	729	Tributos sobre contraprestação	12	135.392	139.550
Tributos a recuperar	9	37.995	42.603	Tributos diferidos	12	87.132	74.447
Outros ativos		445	350	Receitas diferidas	6	12.284	12.829
Imobilizado		1.427	1.731	Contingências e provisões judiciais	13	491	365
Intangível		12.068	2.453	Outros passivos		6.802	465
		<b>852.009</b>	<b>883.306</b>			<b>718.291</b>	<b>772.375</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	14		
				Capital social		109.763	102.813
				Reservas de lucros		145.624	127.715
						<b>255.387</b>	<b>230.528</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.064.160</b>	<b>1.085.147</b>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)							
	Capital social integralizado	Legal	Especial	Reservas de lucros Realização de investimentos	Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>90.848</b>	<b>6.595</b>	<b>25.219</b>	<b>82.963</b>	<b>11.015</b>	-	<b>216.640</b>
Aumento de capital	11.965	-	(6.673)	(5.292)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.214	18.214
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(4.326)	(4.326)
Constituição de reservas	-	911	-	12.977	-	(13.888)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>102.813</b>	<b>7.506</b>	<b>18.546</b>	<b>90.648</b>	<b>11.015</b>	-	<b>230.528</b>
Aumento de capital (nota 14 a)	6.950	-	(1.769)	(5.181)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.602	32.602
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos Propostos (nota 14 c)	-	-	-	-	-	(7.743)	(7.743)
Constituição de reservas (nota 14 b)	-	1.630	-	23.229	-	(24.859)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>109.763</b>	<b>9.136</b>	<b>16.777</b>	<b>108.696</b>	<b>11.015</b>	-	<b>255.387</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social integralizado	Legal	Especial	Reservas de lucros Realização de investimentos	Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>90.848</b>	<b>6.595</b>	<b>25.219</b>	<b>82.963</b>	<b>11.015</b>	-	<b>216.640</b>
Aumento de capital	11.965	-	(6.673)	(5.292)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.214	18.214
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(4.326)	(4.326)
Constituição de reservas	-	911	-	12.977	-	(13.888)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>102.813</b>	<b>7.506</b>	<b>18.546</b>	<b>90.648</b>	<b>11.015</b>	-	<b>230.528</b>
Aumento de capital (nota 14 a)	6.950	-	(1.769)	(5.181)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.602	32.602
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos Propostos (nota 14 c)	-	-	-	-	-	(7.743)	(7.743)
Constituição de reservas (nota 14 b)	-	1.630	-	23.229	-	(24.859)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>109.763</b>	<b>9.136</b>	<b>16.777</b>	<b>108.696</b>	<b>11.015</b>	-	<b>255.387</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais** - A Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 11 de janeiro de 2010, tendo como objetivo a exploração de concessão administrativa, em regime de Parceria Pública Privada, pelo prazo de 35 anos, para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção da Arena Fonte Nova, podendo também desenvolver projetos associados e complementares à atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, seja através de investimento e participação em outras sociedades de propósito específico, cujos objetos sociais incluam a exploração de atividades pertinentes à operação da arena multiuso e seu entorno, em conformidade com as condições e especificações no Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP") celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte ("SETRE" ou "Poder Concedente") nos termos do Edital nº 001/2009. A Companhia é controlada em conjunto pela Odebrecht Properties Parcerias S.A. ("OPP") e pela OAS Arenas S.A. ("OAS Arenas") e tem sede em Salvador-BA. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em cumprimento ao artigo 15º, alínea "G" do Estatuto Social em 27 de março de 2019. (a) **Recuperação Judicial** - Em 31 de março de 2015, a OAS S.A., controladora indireta da Companhia, juntamente com outras empresas do Grupo OAS, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1030812-77.2015.8.26.0100, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. Em 1º de abril de 2015, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo deferiu o processamento da recuperação judicial da OAS S.A. e suas controladas em recuperação. Em 17 de dezembro de 2015, o plano de recuperação da OAS S.A. foi aprovado em Assembleia Geral de Credores por ampla maioria de votos e foi homologado no dia 27 de janeiro de 2016 pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo. (b) **Operação Lava Jato** - Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, atos ilícitos que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht e Grupo OAS, que em conjunto, controlam a Companhia. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências dessas empresas do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, incluindo as controladoras indiretas, Odebrecht S.A. e OAS S.A., sendo que a Companhia não foi objeto destas buscas e apreensões. (c) **Operação Cartão Vermelho** - Em 26 de fevereiro de 2018, foi divulgado na mídia uma ação movida pela Polícia Federal contra o Governo do Estado e o Consórcio Fonte Nova Participações S.A. A Companhia não foi notificada até o momento, conseqüentemente desconhece o conteúdo dessa ação. A Administração reafirma que a Companhia adere a todas as boas práticas de mercado e de conformidade no âmbito de sua estrutura de governança, bem como desconhece qualquer irregularidade no Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP") celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte ("SETRE" ou "Poder Concedente") nos termos do Edital nº 001/2009. (d) **Contrato de concessão** - A Companhia é parte de um Contrato

de PPP na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do estádio Octávio Mangabeira, antiga denominação da Arena Fonte Nova, firmado em 21 de janeiro de 2010 entre o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE e a Companhia. O prazo de concessão é de 35 anos e as obras de construção foram concluídas em 5 de abril de 2013. A referida concessão da operação tem por finalidade permitir a Concessionária recuperar o investimento feito na demolição e construção da nova arena multiuso, não coberto pela contraprestação pública. Conseqüentemente, a Concessionária explorará economicamente a Arena Fonte Nova e os bens móveis e imóveis que o integram e que atendam aos requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014. Após a emissão do Certificado de Conclusão das Obras de Reconstrução, foi iniciada a operação da arena multiuso, passando a ser devida pelo Poder Concedente à Companhia, a contraprestação pública, que será paga em 180 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término previsto em abril de 2028. Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de PPP nº 02/2010 firmado com a Companhia, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos. Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP nº 02/2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demandas. Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela Companhia em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores. Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, e o fato que qualquer ajuste no Contrato de PPP apenas poderá ser determinado após a conclusão dos estudos recomendados na decisão do TCE-BA, a Administração da Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo. Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2018, não foi constituída provisão para passivos ou registrado *impairment* de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo. (e) **Glosa da contraprestação pública** - Baseado em uma simulação técnica para a contraprestação de Compartilhamento de Risco de demanda, a SETRE reteve um valor de R\$ 5.751.000,00 (cinco milhões setecentos e cinquenta e um mil reais) no pagamento da contraprestação da competência janeiro de 2018. Esta retenção possui caráter provisório; as tratativas entre Poder Concedente e Concessionária para apuração e definição da metodologia de cálculo dos valores estão em andamento. Até o presente momento não ocorreu a restituição da retenção citada. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente. **2.1. Declaração**

de conformidade (com relação aos pronunciamentos do CPC) - As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente, que no reconhecimento inicial representa seu valor justo. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Em função de não haver outros resultados abrangentes, além do próprio resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações contábeis. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa** - O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira resgatável em até 90 dias da emissão em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **2.3. Ativos financeiros - 2.3.1. Classificação e mensuração** - A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial a valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Em seguida, a mensuração passa a ser pelo custo amortizado por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os principais ativos financeiros da Companhia são, (i) caixa e equivalente de caixa, (ii) contas a receber, (iii) ativo financeiro da concessão e (iv) Títulos e valores mobiliários. **2.3.2. Impairment de ativos financeiros** - A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda esperada por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía evidências de ativos cujo valor recuperável foi inferior aos montantes registrados contabilmente e constituiu provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), divulgada na nota explicativa nº 6. **2.3.3. Contas a receber** - As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão (*impairment*) para crédito de liquidação duvidosa, quando necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são originadas por: (a) faturamento da contraprestação mensal, a partir da data oficial da entrega da Arena (Abril de 2013), dos direitos decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE; (b) locação de camarotes, locação de espaços e estacionamento; (c) parcelas do contrato de patrocínio firmado com a Cervejaria Petrópolis S.A.; e (d) pagamentos através de cartões de crédito, referente a venda de camarotes e bilheteria de jogos. **2.3.4. Ativo financeiro da concessão** - Refere-se à parcela dos direitos a faturar/receber decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, classificada como um ativo financeiro por ser um direito

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de reais)					
	2018	2017		2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>47.677</b>	<b>30.127</b>	Depreciação e amortização	5.883	7.495
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício			Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)		(207)
Atualização do ativo financeiro (Nota 7)	(111.353)	(102.591)	Ajuste a valor presente	(464)	(561)
Juros e apropriação dos custos de captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos	<b>51.190</b>	<b>60.735</b>	Variação dos ativos e passivos:		
<b>Caixa aplicado antes das variações de capital circulante operacional</b>	<b>(7.274)</b>	<b>(5.707)</b>	Contas a receber		(2.057)
<b>Variação dos ativos e passivos:</b>			Ativo financeiro		139.309
Contas a receber			Tributos a recuperar		4.167
Ativo financeiro			Fornecedores		1.178
Tributos a recuperar			Impostos e contribuições		(5.680)
Fornecedores			Outros		(3.132)
Impostos e contribuições					<b>133.785</b>
Outros					<b>130.552</b>

**Caixa gerado pelas operações**  
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 10 e 11) **(47.739)** **(54.306)**

**Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais**  
**Fluxo de caixa das atividades de investimentos**  
Títulos e valores mobiliários **(778)** **(7.266)**  
Adições ao imobilizado **(10)** **(86)**  
Adições ao intangível **(3.905)** **(530)**  
**Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos**  
**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**  
Amortização de principal (Notas 10 e 11) **(55.535)** **(48.155)**  
Partes relacionadas (Nota 20) **(10.458)** **(8.335)**  
Dividendos pagos **(9.130)** **-**  
**Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento**  
**Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa**  
**Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício**  
**Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício**  
**(1.044)** **6.167**  
**13.179** **7.012**  
**12.135** **13.179**  
**(1.044)** **6.167**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos serviços de reconstrução da Arena Fonte Nova decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão; Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. O ativo financeiro está segregado entre o ativo circulante e não circulante com base na expectativa de recebimento das contraprestações pelo Poder Concedente. O ativo financeiro da concessão é reconhecido inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se taxa efetiva de juros. **2.5. Títulos e valores mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários ("TVM") são inicialmente registrados pelo valor justo e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. **2.4. Tributos a recuperar** - Referem-se substancialmente a créditos da contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre insumos e serviços de construção, adquiridos diretamente pela Companhia e utilizados na construção da Arena Fonte Nova, bem como de impostos e contribuições retidas sobre faturamento e aplicações financeiras a serem compensados com os tributos devidos. **2.5. Contas a pagar aos fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. **2.6. Provisões** - As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.7. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva e são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos

# FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF Nº 08.906.994/0001-11

Constituição >>>

de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

**2.8. Tributos sobre contraprestação.** - Os impostos e contribuições diferidas representam a aplicação de ISS, PIS e COFINS, sobre receita de construção e as receitas diferidas decorrentes do Contrato de PPP, além de contribuição social e o imposto de renda incidentes sobre a margem de lucro relativa à construção. **2.9. Receitas diferidas** - Referem-se às receitas de patrocínio, locação de camarotes e locação de espaços, segregadas entre passivo circulante e não circulante, a serem apropriadas com base na vigência dos contratos, pelo regime de competência. **2.10. Tributação - 2.10.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes** - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real trimestral, aplicando-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 60 por trimestre, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações às quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **2.10.2. Imposto de renda e contribuição social - diferidos** - Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo não circulante. O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos sobre a renda diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Tributos diferidos são mensurados à taxa de tributos que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.11. Reconhecimento de receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. **(a) Receita operacional** - A receita operacional é reconhecida mensalmente pela competência e apropriada em função da vigência dos contratos de locação (partidas de futebol, camarotes, estacionamento e restaurantes/lanchonetes, locação de espaços para realização de eventos e para fins publicitários), e patrocínio, e da realização dos eventos, pela operação da Arena Fonte Nova. **(b) Atualização do ativo financeiro da concessão** - A receita de atualização do ativo financeiro (nota explicativa nº 2.3.4), representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. **(c) Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Adoção inicial das normas novas e revisadas** - A Companhia adotou inicialmente a IFRS - 15 Receita de Contratos com Clientes e IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.12.1. CPC - 47 (IFRS - 15) Receita de contrato com cliente** - Este pronunciamiento estabelece novos critérios sobre aspectos relacionados à receita, incluindo a identificação de uma obrigação de performance e momento de reconhecimento de receita baseado na transferência do controle de um bem ou serviço. Uma entidade avalia o atendimento de determinados critérios estabelecidos nesse pronunciamiento para avaliar se o reconhecimento da receita deve ocorrer em um momento específico ou ao longo do tempo, quando a entidade satisfizer às obrigações de performance. A Administração avaliou e concluiu que, em função do tipo de receita gerada pela Companhia, a nova norma não tem efeitos significativos na mensuração e reconhecimento das receitas em relação aos critérios utilizados anteriormente, visto que o controle, direitos e os benefícios decorrentes da prestação dos serviços fluem para o cliente no momento da realização do serviço contratado. **2.12.2. CPC - 48 (IFRS - 9) Instrumentos Financeiros** - O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a ativos e passivos financeiros.

que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia. **4. Gestão de risco financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro** - A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. Assim, as atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), de liquidez e de crédito. A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. **(a) Exposição a risco com taxa de juros** - A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros e aumentem as despesas financeiras dos empréstimos, financiamentos e debêntures. As dívidas estão sujeitas, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais, variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e da taxa SELIC. A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. **(b) Risco de liquidez** - É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pelo departamento de tesouraria. **(c) Risco de crédito** - O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **4.2. Gestão de capital** - A Companhia administra o seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo saldos classificados no circulante e no não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2018	2017
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	521.660	575.198
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	(31.989)	(32.255)
Dívida líquida	489.671	542.943
Total do patrimônio líquido	235.387	230.528
Total do capital	<u>745.058</u>	<u>773.471</u>
Índice de alavancagem financeira - %	66%	70%

**4.3. Instrumentos financeiros por categoria** - Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
<b>Ativos financeiros, empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	12.135	13.179
Contas a receber	33.545	31.333
Ativo financeiro da concessão	939.049	967.005
Títulos e valores mobiliários	19.854	19.076
Partes relacionadas	365	729
	<u>1.004.948</u>	<u>1.031.322</u>
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	2.175	1.080
Partes relacionadas	16.980	26.348
Empréstimos e financiamentos	463.733	505.151
Debêntures	57.927	70.047
	<u>540.815</u>	<u>602.626</u>

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2018	2017
Caixa	6	6
Bancos - conta movimento	464	1.173
Aplicações financeiras (i)	11.665	12.000
	<u>12.135</u>	<u>13.179</u>

(i) As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração entre 97.5% e 98% (2017 - 91% e 99%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

	2018	2017
<b>6. Contas a receber</b>		
Contraprestação - SETRE	19.038	12.421
Cervejaria Petrópolis S.A. (i)	11.140	15.287
Locação de camarotes e assentos		
VIP por temporada	1.643	2.149
Outros	2.843	2.388
	<u>34.664</u>	<u>32.245</u>
PECLD (ii)	(1.119)	(912)
	<u>33.545</u>	<u>31.333</u>

Circulante  
Não circulante

	2018	2017
(i) O valor da Cervejaria Petrópolis S.A. registrado no contas a receber possui contrapartida à conta de receitas diferidas (R\$ 9.928) no passivo circulante e não circulante, sendo reconhecido no resultado durante o prazo do contrato. O saldo remanescente, registrado na conta de receitas diferidas (R\$ 4.838), refere-se à apropriação dos contratos de camarotes e outras locações. (ii) No exercício de 2018, a Companhia constituiu PECLD no valor de R\$ 207 (2017 - R\$ 912), divulgada na nota explicativa nº 17, referente ao saldo vencido decorrente de créditos com clientes de camarotes e assentos VIP por temporada. <b>7. Ativo financeiro da concessão</b> - Refere-se à parcela dos direitos a faturar, decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE. O quadro a seguir resume a movimentação do saldo:		

	2018	2017
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	967.005	1.000.638
Receita operacional da contraprestação (Nota 15)	22.678	22.037
Atualização financeira	111.353	102.591
(-) Faturamento contraprestação	(161.987)	(158.261)
939.049	967.005	967.005
Circulante	(168.686)	(162.170)
Não circulante	<u>770.363</u>	<u>804.835</u>

Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2018	2017
2019	-	87.009
2020	93.377	87.009
2021	93.377	87.009
2022	93.377	87.009
2023	93.377	87.009
2024	93.377	87.009
2025	93.377	87.009
2026	93.377	87.009
2027	93.377	87.009
2028	23.347	21.754
	<u>770.363</u>	<u>804.835</u>

	2018	2017
<b>8. Títulos e valores mobiliários</b>		
Títulos e valores mobiliários		
- Financiamento (i)	16.157	14.326
Títulos e valores mobiliários		
- Debêntures (ii)	3.697	4.750
	<u>19.854</u>	<u>19.076</u>

(i) Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") remuneradas a 99% (2017 - 99% e 102.5%) do CDI e mantidas como reserva suficiente para a liquidação de 4 (quatro) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) do financiamento do Banco do Nordeste do Brasil. (ii) Referem-se a aplicações em CDB remuneradas a 99% e 100% (2017 - 100%) do CDI e mantidas como reserva suficiente para a liquidação de 3 (três) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) das debêntures.

	2018	2017
<b>9. Tributos a recuperar</b>		
PIS	7.599	8.421
COFINS	35.003	38.787
Imposto de renda retido s/ faturamento contraprestação	766	594
Imposto de renda retido s/ aplicações financeiras	329	88
Imposto sobre outros faturamentos	714	688
Circulante	44.411	48.578
Não circulante	(6.416)	(5.975)
	<u>37.995</u>	<u>42.603</u>

	2018	2017		
<b>10. Empréstimos e financiamentos</b>				
CCB	Reais	2025	44.196	50.996
CCB - FUNDESE	Reais	2026	198.521	225.085
Financiamento				
- Repasse FNE	Reais	2025	224.807	233.794
			467.524	509.875
			(3.791)	(4.724)
			463.733	505.151
			(61.064)	(43.681)
			<u>402.669</u>	<u>461.470</u>

(-) Custos de captação a apropriar

	2018	2017
Circulante		
Não circulante		

Para a execução dos custos iniciais das obras de reconstrução da Arena Fonte Nova, a Companhia obteve, em 21 de junho de 2010, a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), no valor de R\$ 50.000, com vencimento em 21 de junho de 2025. Adicionalmente, também foram liberados R\$ 323.629 através do Programa de Empreendimentos Turísticos ("PROTURISMO") do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico ("FUNDESE"), cujo vencimento final ocorrerá em 15 de janeiro de 2026. Também foram captados recursos no total de R\$ 250.000, em contrato datado de 30 de dezembro de 2010, oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") e com vencimento em 28 de dezembro de 2025. **(a) Garantias** - Todos os empréstimos possuem garantias, cujo compartilhamento é regido através do compartilhamento de garantia entre os credores, conforme detalhado no quadro abaixo por empréstimo:

Modalidade	Garantias contratuais
CCB	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas
CCB - FUNDESE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas
Financiamento	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.
- Repasse FNE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	2018	2017
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	505.151	541.434
Juros apropriados	42.358	46.725
Amortização	(43.315)	(39.695)
Pagamento de juros	(41.394)	(44.288)
Apropriação dos custos de captação	933	975
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<u>463.733</u>	<u>505.151</u>

	2018	2017
Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:		
2019	-	59.969
2020	62.155	61.963
2021	64.227	64.035
2022	66.373	66.181
2023	68.598	68.406
2024	70.882	70.690
2025	68.112	67.920
2026	2.322	2.306
	<u>402.669</u>	<u>461.470</u>

**11. Debêntures** - Em 22 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 94.000, as quais foram objeto de colocação privada sem esforço de venda para o público em geral.

Classificação	Vencimento	2018	2017
Emissão Real	2024	57.927	70.047
		57.927	70.047
		(918)	(12.210)
		<u>57.009</u>	<u>57.837</u>

Circulante  
Não circulante

As amortizações das debêntures iniciaram em 22 de março de 2014, com vencimento final em 22 de dezembro de 2024. A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2018	2017
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	70.047	78.555
Juros apropriados	6.321	9.825
Amortização	(12.220)	(8.460)
Pagamento de juros	(6.345)	(10.018)
Apropriação dos custos de captação	124	145
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<u>57.927</u>	<u>70.047</u>

Os montantes com vencimento no longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2018	2017
2019	-	827
2020	5.535	5.535
2021	8.368	8.368
2022	12.146	12.146
2023	15.933	15.933
2024	15.027	15.028
	<u>57.009</u>	<u>57.837</u>

	2018	2017
<b>12. Tributos diferidos e tributos sobre contraprestação</b>		
PIS e COFINS (a)	88.440	91.200
ISS (a)	46.952	48.350
	135.392	139.550
Imposto de renda (b)	64.068	54.741
Contribuição social (b)	23.064	19.706
	87.132	74.447
	<u>222.524</u>	<u>213.997</u>

(a) **Tributos sobre contraprestação** - O Imposto sobre Serviços ("ISS"), PIS e COFINS diferidos são aplicados sobre o saldo do ativo financeiro da concessão e estão sendo realizados pelo efetivo recebimento da contraprestação.

(b) **Tributos diferidos**

	2018	2017
Composição de tributos diferidos:		
Custo de construção	(181.315)	(200.917)
Receita de construção e atualização do ativo financeiro	273.780	281.931
Outros	(5.333)	(6.567)
	<u>87.132</u>	<u>74.447</u>

	2018	2017
Passivo de tributo diferido	275.220	283.730
Ativo fiscal diferido - não circulante	(188.088)	(209.283)
Passivo fiscal líquido diferido - não circulante	<u>87.132</u>	<u>74.447</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças temporárias ativas (custo do ativo financeiro da concessão e despesas pré-operacionais) e passivas (ativo financeiro da concessão a receber e custo de captação dos financiamentos e debêntures). Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, o que ocorrerá ao longo do Contrato de Concessão. **(c) Reconciliação da despesa de impostos de renda e contribuição social**

	2018	2017
Lucro antes dos impostos	47.677	30.127
Imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") às alíquotas nominais	(16.210)	(10.243)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva: Prejuízos fiscais sem constituição de ativo diferido	663	(1.960)
Diferenças temporárias sem constituição de diferido	218	(182)
Outras adições/exclusões permanentes, líquidas	254	472
Efeito IR e CS no resultado	(15.075)	(11.913)
IR e CS correntes	(2.390)	(655)
IR e CS diferidos	(12.685)	(11.258)
Total despesa com IR e CS	(15.075)	(11.913)

	2018	2017
<b>13. Contingências e provisões judiciais</b>		
Cíveis	33	1
Fiscais	445	351
Trabalhistas	13	13
	<u>491</u>	<u>365</u>

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se a causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia. A Companhia tem ações de naturezas cível, fiscal e trabalhista, envolvendo risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Do montante total de ações classificadas com êxito possível, destaca-se processo no montante de R\$ 11.372, visando a cobrança de ISS sobre as receitas de locação decorrentes da atividade de exploração do estádio, relativo ao período compreendido entre abril de 2013 e abril de 2015. **14. Patrimônio líquido - (a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 109.763 (2017 - R\$ 102.813), representado por 109.763.000 (2017 - 102.813.000) ações ordinárias, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo sido integralizadas pelos acionistas, na proporção de suas participações (50% cada). Em 23 de abril de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 6.950, mediante a incorporação das reservas de realização de investimentos R\$ 5.181 e de reserva especial R\$ 1.769. **(b) Reservas de lucros** - De acordo com o Estatuto Social, as importâncias apropriadas às reservas legal e de lucros a realizar são determinadas como descrito abaixo, sendo que o saldo remanescente após essas apropriações e a distribuição de dividendos,

Continuação >>>

## FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF Nº 08.906.994/0001-11

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>18. Resultado financeiro</b>		
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre aplicações financeiras	2.008	2.389
Outros	15	25
	<u>2.023</u>	<u>2.414</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(43.291)	(47.700)
Juros sobre debêntures	(6.445)	(9.970)
Juros sobre empréstimo de mútuos	(1.454)	(3.065)
Comissões e despesas bancárias	(622)	(1.563)
IOF	(17)	(26)
Outros	(232)	(871)
	<u>(52.061)</u>	<u>(63.195)</u>
	<u>(50.038)</u>	<u>(60.781)</u>

**19. Lucro por ação** - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	32.602	18.214
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	107.611	98.879
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,30</u>	<u>0,18</u>

**20. Transações e saldos com partes relacionadas** - As transações e saldos com partes relacionadas apresentaram a seguinte composição:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Ativo</b>		
Não circulante		
CAS (i)	365	729
Passivo		
Circulante		
Construtora OAS S.A. - Em recuperação judicial (ii)	-	468
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (ii)	468	468
	<u>468</u>	<u>936</u>
Não circulante (iii)		
Construtora OAS S.A. - Em recuperação judicial	7.351	12.706
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	9.161	12.706
	<u>16.512</u>	<u>25.412</u>

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Resultado</b>		
Principal (ii)	104	(2.568)
Principal (iii)	(10.354)	(5.767)
Encargos (iii)	(1.454)	(3.065)
	<u>(11.704)</u>	<u>(11.400)</u>

(i) Adiantamentos concedidos para o Consórcio Arena Salvador ("CAS"), que possui como acionistas OAS e Odebrecht, para fazer face a gastos futuros desde a execução da obra. (ii) Remuneração pela prestação de garantias, em favor dos credores, pelas obrigações constantes dos empréstimos, financiamentos e debêntures assumidos pela Companhia para adequação da equação econômico-financeira do Contrato de PPP. (iii) Pagamentos realizados pelo CAS de compromissos assumidos em nome da Companhia (Compras Diretas) para posterior ressarcimento, conforme Termo de Entendimento firmado entre as partes em 28 de março de 2013, com incidência de 115% da variação do CDI, aplicáveis sobre os valores efetivamente desembolsados. As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia totalizaram R\$ 4.011 durante o

exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (2017 - R\$ 2.994). **21. Seguros** - A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Aos Acionistas e Administradores da  
**Fonte Nova Negócios e Participações S.A.**  
Salvador - BA

**Opinião sobre as demonstrações contábeis** - Examinamos as demonstrações contábeis da **Fonte Nova Negócios e Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fonte Nova Negócios e Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Contrato de Parceria Público-Privada com o Estado da Bahia** - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 01(d) às demonstrações contábeis, que menciona o envolvimento da Companhia como polo passivo no Processo TCE/000490/2010, movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), alegando a existência de irregularidades envolvendo a licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE-BA, não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente ou impedir a continuidade do Contrato de PPP. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou *impairment* de ativos que reflitam eventuais impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas.** Conforme descrito na nota explicativa nº01(b) às demonstrações contábeis e como é de conhecimento público, encontram-se em

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

<b>Modalidade</b>	<b>Vigência até</b>	<b>Cobertura</b>
Riscos operacionais	18/03/2020	900.948
Responsabilidade civil em geral	18/03/2019	50.000
Garantia de performance da operação	25/07/2019	10.512
D&O	19/09/2019	50.000

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

andamento, desde 2014, investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da denominada Operação Lava Jato. As referidas investigações envolvem agentes públicos e executivos, dentre eles, os administradores do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, que, em conjunto, controlam a Companhia. Em 1º de dezembro de 2016, foi assinado acordo de Leniência pela Odebrecht S.A. e o referido acordo já foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Ressalta-se que apesar do acordo ter sido firmado pela Odebrecht S.A., o mesmo tem seus efeitos estendidos para todas as empresas do grupo econômico. A Administração neste momento entende que possíveis efeitos desse acordo de Leniência não deverão afetar significativamente a Companhia. Em virtude dessas investigações ainda estarem em curso e por existirem incertezas quanto ao possível envolvimento da Companhia nos atos ilícitos que abrangem suas Controladoras, não foram consideradas nas demonstrações contábeis, quaisquer impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as

<b>DIRETORIA</b>
<b>Dênio Dias Lima Cidreira</b> Diretor Presidente
<b>Carlos Joaquim de Carvalho</b> Diretor Financeiro
<b>CONTADOR</b>
<b>Carlos Augusto Oliveira dos Santos</b> - CRC BA 042530/O-9

decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 27 de março de 2019.

**BDO** BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – BA  
**Manuel Perez Martinez Júnior**  
Contador CRC 1 BA 025458/O-0